Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Sementes de uma ruralidade camponesa: a experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA no Extremo Oeste catarinense

Seeds of peasant rurality: the experience of the Small Farmers Movement - MAP in the Far West of Santa Catarina

Cleber Bosetti[1]

Resumo:

As estratégias de desenvolvimento rural são construídas pelos atores sociais a partir da tomada de consciência de sua posição no mundo social. No Extremo Oeste catarinense, diante das dificuldades de sustentabilidade encontradas pelos agricultores de base familiar no modelo convencional de agricultura, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA mobilizou suas forças para afirmar o projeto de uma agricultura camponesa e agroecológica. Para desenvolver tal projeto, o movimento atuou na reivindicação, construção e execução de políticas públicas, na recuperação e disseminação das sementes crioulas e no fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização. Este artigo procura analisar os processos, as ações e as estratégias de desenvolvimento rural deste movimento social na referida região.

Palavras-chaves: Movimento social, campesinato, desenvolvimento rural.

Abstract:

Rural development strategies are built by social actors from the awareness of their position in the social world. In the Far West of Santa Catarina, in the face of the sustainability difficulties encountered by family farmers in the

[1]Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus de Curitibanos-SC.

conventional model of agriculture, the Small Farmers Movement - MPA mobilized its forces to affirm the project of peasant and agroecological agriculture. In order to develop such a project, the movement acted in the claim, construction and execution of public policies, in the recovery and dissemination of the creole seeds and in the strengthening of the short circuits of commercialization. This article analyzes the processes, actions and strategies of rural development of this social movement in the region.

Keywords: social movement, peasantry, rural development.

1. Introdução

A seca ceifava os ânimos já calejados pelo tempo. Os ventos sopravam forte, mas sem trazer a chuva ansiosamente esperada pelos camponeses. O sol escaldante do verão estiava os planos de dignidade para aqueles que o encaravam em intermináveis jornadas. O calendário político era desolador e não adiantava mais andar sozinho por um caminho pisado. Era preciso se atrever em caminhos da utopia, da organização coletiva e da mobilização de forças para ver no horizonte o florescer da colheita de uma nova agricultura.

Movimentar-se de um ponto a outro, em se tratando da sociedade, significa que determinados agentes e/ou grupos sociais não estão satisfeitos com o *status quo* em que se encontram. Neste sentido, um movimento social sempre carrega consigo, ainda que, por vezes, de forma implícita, a perspectiva da transformação da sociedade. O impulso das ações com o intuito de realizar seus projetos e objetivos é composto de estratégias, mobilizações, discursos, articulações e lutas. Todo o conjunto destas práticas e representações mobilizadas pelos agentes para que o movimento aconteça, configura o *fazer* de um movimento social. Este fazer se constitui dentro de um campo de disputas que envolvem seus seguidores e simpatizantes, bem como seus

oponentes. Assim tem atuado o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA no trabalho para construir outra perspectiva de agricultura para as famílias camponesas.

1. MPA: surgimento e organização

A trajetória do MPA acompanha as condições socioeconômicas e políticas da do espaço rural. A partir da década de 1990 a agricultura brasileira passou por significativas mudanças decorrentes da liberação dos mercados e da introdução de novas tecnologias que proporcionaram o desenvolvimento das cadeias do agronegócio. Estas mudanças desencadearam mais competitividade no mercado de produtos agrícolas, drásticas oscilações nos preços dos produtos, novas exigências sanitárias e, de modo geral, maior dependência da agricultura em relação às indústrias. Esse quadro de mudanças apresentou certas adversidades para os "pequenos agricultores[2]" que precisaram (re)inventar suas formas de organização política.

A política de liberalização comercial da economia brasileira iniciou-se no final da década de 1980, com a redução gradativa de tarifas aduaneiras, com o fim da suspensão da importação de alguns produtos e com a redução de tributos sobre a importação de outros (DELGADO, 2011, p. 291). A partir do governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1991), houve uma intensificação nas medidas

[2]A denominação "Pequenos Agricultores" era utilizada como elemento identitário por parte dos movimentos sociais e sindicais, especialmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados a CUT no Sul do Brasil. Posteriormente, com a construção da categoria Agricultura Familiar e de sua correspondente sociopolítica, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF, tal denominação foi sendo substituída em muitos sindicatos.

liberalizantes com a intenção de atrair investimentos externos para a economia nacional, seguida de um amplo processo de privatização das empresas estatais de acordo com o chamado "Consenso de Washington".

As políticas macroeconômicas liberais estavam vinculadas à estratégia de crescimento econômico fundamentado nas exportações e em consonância com a política da Organização Mundial de Comércio – OMC. Pode-se dizer que essa condução da política econômica fundamentou o que se convencionou chamar de política do agronegócio, isto é, um conjunto de ações e medidas tomadas pelo Estado com o intuito de promover a expansão das atividades econômicas da agroindústria no país (DELGADO, 2012; MALIN, 2002).

Esse novo quadro político e econômico da agricultura demandou exigências de qualificações sanitárias, logísticas e de competitividade que jogaram a renda para baixo, o que favoreceu a produção em escala (WILKINSON, 2008, p. 83-84). Por isso, a orientação da política do agronegócio acabou sendo mais favorável para os médios e grandes produtores.

Os "pequenos agricultores", no contexto inicial do processo de liberalização, passaram por grandes dificuldades no que diz respeito à alocação de recursos para realizar os investimentos necessários a sua inserção nos mercados competitivos. Isso porque houve um grande aumento dos custos financeiros para os agricultores devido às elevadas taxas de juros, à escassez de fontes baratas de crédito rural e à desarticulação da política de preços mínimos (DELGADO, 2011, p.319). Com poucos recursos para fazer os investimentos necessários à produção

e sem garantias diante das oscilações do mercado, os agricultores de base familiar viram sua vulnerabilidade aumentar ainda mais[3].

Diante da situação, entidades representativas como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs, especialmente os filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, com o apoio de outros movimentos sociais, pleitearam a construção de políticas públicas específicas para os agricultores de base familiar. Neste sentido, o surgimento do MPA está vinculado à luta por políticas públicas que pudessem viabilizar a permanência dos chamados pequenos agricultores nessa nova configuração socioeconômica da agricultura brasileira.

Dessa forma, o MPA surgiu no Rio Grande do Sul em meados da década de 1990 em virtude das insatisfações com a conjuntura política e econômica da agricultura de base familiar, a crise de representatividade sindical e os problemas climáticos da safra 1995-1996 que agravaram as dificuldades dos agricultores. Tudo isso fez com que um grande número de agricultores familiares deste estado se organizasse por meio de um movimento social para reivindicar seu lugar na configuração da ruralidade que se apresentava.

Durante os meses de Janeiro e fevereiro de 1996, aproximadamente 25.000 pequenos produtores reuniram-se e formaram cinco acampamentos. Estes foram conhecidos como os "acampamentos da seca", dentro do estado do Rio Grande do Sul (SILVA, 2014). As

[3] Importante ressaltar que a partir da década de 1990 foram construídas novas políticas públicas para agricultura que incluíram a agora denominada agricultura familiar. Em que pese a presença de tais políticas, elas nem sempre foram suficientes para as diferentes realidades da agricultura familiar devido à diversidade desse segmento (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; GUANZIROLI, 2001; GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012).

principais reivindicações desses acampamentos eram a anistia das dívidas do custeio agrícola da safra anterior e a criação de uma linha de crédito diferenciada para a agricultura de base familiar. De certa forma, esta mobilização contribuiu para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ainda no ano de 1996 (CANDONÁ, 2004).

Os acampamentos da seca promoveram o encontro de agentes sociais com problemas comuns, fato que levou à percepção deles no que se refere a sua posição no mundo social. A relação entre as posições ocupadas pelos agentes sociais e suas condições socioeconômicas, políticas e culturais produz a reunião desses agentes. "A proximidade no espaço social define uma potencialidade objetiva de unidade" (BOURDIEU, 1996, p.25). Embora isso não seja suficiente para assegurar tal unidade, é sobre esse assento social que determinadas formas de cooperação são construídas. A percepção do espaço social, dos agentes e de seus respectivos interesses produz as divisões e os agrupamentos identitários.

O momento do acampamento pode ser entendido como o do nascimento do movimento social, isto é, de uma mobilização de forças sociais voltadas para a transformação de uma realidade ou de uma condição existente (GOHN; BRINGEL, 2014). Um movimento social também pode ser definido como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011).

Por se tratar de movimento social que emergiu na década de 1990, é possível encontrar na forma de atuação do MPA uma espécie de sincretismo em termos de estrutura, organização e mobilização. Isso porque esse movimento apresenta vínculos com a perspectiva marxista dos movimentos sociais clássicos das décadas de 1960-1970, na medida

em que utiliza termos como a luta de classe, a busca pela hegemonia e emancipação e concebe o camponês como classe social. Ao mesmo tempo em que apresenta aspectos típicos daquilo que foi denominado "novos movimentos sociais na década de 1990" (GOHN; BRINGEL, 2014) em razão da incorporação dos elementos identitários e culturais, a atuação em rede, a busca por autonomia e reconhecimento.

Após a fase do acampamento, o movimento seguiu sua marcha com a realização de encontros regionais e nacionais. Nestes, o MPA foi construindo uma plataforma política de modo a diferenciá-lo da base sindical da CUT, da qual ele emergiu, para a formação de uma identidade política própria. A realização desses encontros e a expansão geopolítica no território nacional permitiram a passagem da fase acampamento/movimento para a adoção de outras estratégias específicas de atuação (CARVALHO, 2016). Especialmente a partir do ano 2000, o MPA transcende às reivindicações iniciais por crédito e avança na elaboração de um projeto político propositivo para a construção de vias alternativas para a agricultura de base familiar.

Neste sentido, a constituição identitária do MPA, dentro do campo sociopolítico que envolve a agricultura brasileira, deu-se através de uma dupla oposição. Por um lado a oposição ao agronegócio e aos segmentos sociopolíticos que o apoiam; por outro, a crítica ao projeto de uma agricultura familiar vinculada aos imperativos do agronegócio que, no entendimento do movimento, apresenta-se como insustentável do ponto de vista socioeconômico e ambiental. Com o passar do tempo, a posição do MPA foi se radicalizando dentro deste campo com a afirmação de uma identidade camponesa para parte da agricultura de base familiar.

A posição dos agentes no espaço social é um ponto de referência para a identidade, mas isso não significa que este espaço seja homogêneo (BOURDIEU, 2004, p. 155-156). Por isso as identidades se reconfiguram conforme as interações dos agentes com a dinâmica do mundo social e econômico. A afirmação de uma identidade camponesa por parte do MPA pode ser entendida como um ponto de afirmação e resistência diante das dificuldades criadas pela agricultura moderna, vinculada ao agronegócio, à sustentabilidade socioeconômica da agricultura de base familiar.

Os movimentos sociais camponeses que emergiram neste contexto de expansão do agronegócio sinalizam uma resistência aos imperativos do agronegócio em suas dimensões política e econômica, bem como apresentaram proposições para a construção de outras perspectivas de agricultura (PAHNKE, *et al.* 2015). É "Ironico che saranno proprio le aziende *contadine* quelle che potranno offrire resistenza a condizioni di mercato mutevoli e molto peggiorate" (PLOEG, 2005, p.04). A adoção da lógica camponesa possibilita maior autonomia em relação ao mercado, aspecto que proporciona a reprodução da unidade produtiva em ambientes socioeconômicos adversos.

A compreensão destas condições estruturais fez com que o MPA buscasse com à *Via Campesina*[4]. Este tipo de aliança consiste na articulação em rede com outros movimentos sociais. Essas redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados e

[4] A Via Campesina é um Movimento Social de caráter internacional que se constituiu na década de 1990. Em geral, é composta por um conjunto amplo de organizações e movimentos sociais de vários países que compartilham um projeto político de desenvolvimento rural diferente daquele que está estruturado hegemonicamente na atualidade. No presente artigo selecionamos três movimentos ligados à Via Campesina: MPA, MMC e MST.

possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores (WARREN, 2006). A composição em rede fortalece as posições e proposições dos movimentos sociais, bem como sua capacidade de diálogo com a sociedade e com o estado.

As redes que levaram à constituição do MPA no Extremo Oeste de Santa Catarina foram tecidas a partir da atuação de alguns agentes sociais e entidades civis. Conforme um dos representantes do movimento na época:

> O movimento surgiu no Extremo Oeste catarinense por volta do ano de 1997, quando houve as primeiras conversas com as lideranças sindicais. O MPA surgiu a partir de um apoio do MST e do STRs do município de Anchieta. Aqui na região de São Miguel do Oeste, nós tivemos o apoio de setores progressistas da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, da Igreja Luterana, de alguns sindicatos mais combativos que romperam com a FETAESC e depois com a FETRAF. Nós também disputamos a coordenação de alguns sindicatos e acabamos vencendo, o que ajudou na expansão do MPA em nossa região (Entrevista realizada em 26/07/2017).

Os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política (GOHN, 2014, p.20). O MPA surgiu por meio de mobilizações políticas feitas por agentes descontentes com suas próprias organizações representativas sindicais. O estabelecimento de alianças políticas, em rede com outras entidades políticas e religiosas, revela a convergência de visões de mundo que impulsionaram a construção de um projeto político para defender os interesses de agricultores que passaram a se autoidentificar como camponeses.

Pelo que foi relatado nas entrevistas com representantes do MPA no Extremo Oeste do estado de Santa Catarina, o movimento teve mais adesão nos municípios em que havia maior presença de agricultores familiares menos estruturados. Mesmo dentro desses municípios, foram os que possuíam mais dificuldades socioeconômicas que passaram a fazer parte do MPA. (Entrevistas realizadas em 18/07/2017b e 28/07/2017). Isso incluía as dificuldades de acesso às políticas públicas e a precariedade da infraestrutura das propriedades rurais, inclusive das condições de habitação no meio rural. Desta maneira, pode-se afirmar que, em sua fase inicial, as demandas por políticas públicas foram o principal elemento de agregação nas mobilizações organizadas pelo MPA na região.

No que diz respeito à estrutura organizativa, o movimento fundamenta-se no grupo de base formado pelas famílias nas comunidades rurais ou nos municípios; em seguida formam-se as coordenações municipais, as coordenações regionais, a coordenação e direção estadual e, por fim, a coordenação e direção nacional. Por intermédio dos Encontros Nacionais e dos Congressos Nacionais, são formuladas as estratégias de ação em longo prazo como o projeto político e as relações com os demais setores da sociedade. Os grupos de base são a instância em que os agricultores apresentam e discutem suas demandas, enquanto as demais instâncias fazem a articulação e coordenação das ações. (Entrevistas realizadas em 18/07/2017a e 28/07/2017).

Ainda no que se refere aos aspectos da organização e participação, o MPA atua articulado com as demais redes de movimentos sociais com destaque para a Via Campesina e o Movimento das Mulheres Camponesas - MMC. Com isso, a presença feminina no

movimento acontece de forma imanente no núcleo base e demais instâncias, como no "braço feminino" dos movimentos camponeses que é o MMC. Outro aspecto questionado nas entrevistas foi em relação à presença dos jovens no movimento. Pelo que se pode observar nos relatos dos entrevistados, também existem espaços específicos para os jovens, desde encontros, cursos e demais formas de troca de experiências, sempre com a prerrogativa da liberdade de escolha (Entrevistas realizadas em 18/07/2017a e 28/07/2017).

Uma das primeiras iniciativas do MPA no Extremo Oeste catarinense, ainda no final da década de 1990, foi fortalecer a organização dos agricultores para reduzir os gastos com insumos. Conforme relata um entrevistado:

> Aqui na região de São Miguel do Oeste, a primeira iniciativa concreta do movimento foi uma compra coletiva de insumos feita a partir do sindicato de Anchieta. O pessoal começou a discutir alternativas para a sobrevivência do sindicato, mas principalmente para viabilizar a atividade das famílias de pequenos agricultores que estavam em dificuldades. Ainda durante este contexto da compra coletiva de insumos, alguém falou das sementes crioulas. Em um primeiro momento, essa ideia surgiu pela necessidade de economizar nos custos de produção. Por volta de 1997-1998, já começou um trabalho de resgate das sementes crioulas que se tornou além de uma alternativa para os custos de produção, parte do debate para a construção de outro modelo de agricultura. (Entrevista realizada em 18/07/2017a).

A abertura institucional do Estado brasileiro para uma via democrática de construção das políticas públicas favoreceu a relação dos movimentos sociais com o aparato institucional do Estado (BOSETTI, 2013). Conforme informaram os participantes, especialmente entre 2003-2014, o movimento atuou intensamente nos espaços institucionais de elaboração de políticas públicas, como os Conselhos Municipais de

Desenvolvimento Rural, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável - CONDRAF- e no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (Entrevista realizada em 28/07/2017). Nota-se que a forma de atuação do movimento passou por mudanças neste período, passando de um formato reivindicativo para um formato propositivo e participativo em relação ao Estado e às Políticas Públicas.

A valorização de um modelo de democracia participativa interna, no formato organizacional do movimento, e sua combinação com a abertura institucional do Estado contribuiu para que as demandas da base chegassem aos espaços institucionais de elaboração das políticas públicas participativas existentes no período. Essa combinação parece ter ocorrido em função das redes estabelecidas entre o movimento social e a esfera institucional do Estado, principalmente através de agentes que compartilhavam perspectivas semelhantes de desenvolvimento rural. Isso possibilitou, neste curto período, o empoderamento do movimento e a execução de alguns de seus projetos voltados para o fortalecimento da agricultura camponesa.

Com isso, o MPA do Extremo Oeste catarinense percorreu três momentos em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura de base familiar. No primeiro, o movimento reivindicou o acesso às políticas como o Pronaf, já que nem todos os agricultores conseguiam acessá-lo; no segundo reivindicou melhorias no programa, como a redução dos juros e a criação de programas diferenciados para atender às demandas plurais existentes, como o caso da habitação rural; no terceiro buscou construir, a partir da rede estabelecida, formas propositivas de viabilizar políticas públicas tendo em vista o desenvolvimento de estratégias de reprodução da agricultura

camponesa como forma de resistência às adversidades trazidas pelo agronegócio.

Este terceiro momento ocorreu em função de uma guinada política importante no movimento: o rompimento identitário com a ideia de uma agricultura familiar institucionalizada pelo Estado e a adoção da identidade camponesa. A identidade camponesa formalizou uma nova plataforma de reivindicações e de ações políticas, caracterizadas pelo aprofundamento da crítica ao modelo de desenvolvimento rural alicerçado no agronegócio, inclusive de sua versão voltada para a agricultura familiar. Com essas disposições políticas e ideológicas, o MPA passou a mobilizar-se na reivindicação por políticas públicas direcionadas para a afirmação de uma agricultura camponesa, isto é, na valorização dos saberes tradicionais, na busca por técnicas de produção baseadas na agroecologia, na maior autonomia possível dos agricultores em relação às agroindústrias e na construção de mercados alternativos para a comercialização da produção.

2. Agricultura camponesa e agroecologia

A ideia de uma agricultura camponesa agroecológica não chega a ser uma invenção dos movimentos sociais contemporâneos, afinal, possui bases concretas em diversas práticas históricas inspiradas no saber camponês. A retomada deste ideário pelo MPA foi uma escolha política concebida como estratégia de ação para construir uma via alternativa de desenvolvimento rural para os segmentos da agricultura de base familiar. É importante ressaltar que o movimento não tinha em mente tal ideário no momento de seu surgimento, mas foi construindo-o conforme os debates políticos internos foram sendo aprofundados.

A categoria agricultura camponesa é uma construção política cujo projeto busca distanciar-se do projeto de um modelo universal de agricultura familiar vinculado à integração forçada ao mercado capitalista (SABOURIN, 2009). As entrevistas e a produção intelectual do movimento indicam que houve um trabalho, a partir da percepção de que não era possível sustentar-se dentro do projeto de agricultura familiar integrada ao agronegócio, em construir uma plataforma política e identitária que apresentasse algo de diferente. Com base nisso o movimento chegou à ideia de que o termo camponês era o que melhor expressava sua condição social no campo da agricultura contemporânea. A partir do ano de 2002, embora ainda presente no nome do movimento, o MPA substituiu a categoria "pequeno agricultor" e passou a utilizar o termo camponês como aporte identitário.

Daí em diante, a ênfase do binômio campesinato/agroecologia tornou-se o pilar da estratégia política de construção de uma perspectiva alternativa ao modelo do agronegócio. Este é visto como um modelo de produção que gera a concentração da riqueza, a degradação ambiental, a dependência do agricultor em relação às grandes indústrias, a insustentabilidade energética, o encarecimento dos produtos agrícolas para os trabalhadores urbanos e o causador de danos à saúde da população.

Conforme o *Plano Camponês* MPA:

> O Plano camponês está em contradição com o Agronegócio, representado pelo capital financeiro, pelas multinacionais e latifundiários, apoiados pelo Estado Brasileiro. O Agronegócio é o projeto da burguesia no Campo. Ele é o nosso inimigo central. Ele é que nos explora nos preços, ele é que nos rouba as terras, ele é que nos impõe os pacotes tecnológicos, suga os recursos do Estado, destrói a biodiversidade,

> contamina o meio ambiente e tem o foco na produção de commodities, por isso não alimenta o povo. (MPA, 2009).

A construção da ideia de uma agricultura camponesa busca revitalizar uma ruralidade que foi sendo desestruturada pelos imperativos do agronegócio, como a individualização das relações sociais, a monetarização das relações de trabalho, a financeirização da agricultura e dos próprios valores que sustentam a coesão social. Diante disso, o MPA propõe:

> Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha, mas pela luta por autonomia frente ao mercado e as políticas de industrialização da agricultura. Essa luta se caracteriza pela produção incessante de uma base de recursos autocontrolada e autogerida e pelo desenvolvimento de formas camponesas de produção em cooperação com a natureza. A economia camponesa não é apenas uma célula econômica. É um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura e relações sociais e interação com a natureza. A virtude de sua economia é constituir-se em unidade de produção e consumo, em ser espaço de convivência nas comunidades e suas empresas cooperativas que constroem laços ampliados. Assim, o campesinato é compreendido como forma de produzir e viver (MPA, 2010).

A retomada do termo camponês foi um elemento importante para a construção da identidade sociopolítica do MPA, bem como para a reconstrução de práticas camponesas no âmbito das relações sociais e do trabalho no campo. Nos relatos de um membro do movimento:

> Às vezes é preciso mão de obra externa ao núcleo familiar, em função da natureza do próprio serviço e da necessidade criada pela dinâmica momentânea da

> atividade. Na nossa região, eles não negociam preço do dia de serviço do vizinho. Funciona assim: o cara que precisa de ajuda vai lá e pede-a para o vizinho. A discussão do valor dessa ajuda só ocorre depois que o trabalho está feito e isso se dá, geralmente, com a troca de serviço ou com alguma soma em dinheiro (...). Já nas famílias de agricultores integrados às agroindústrias, essas práticas são restringidas. Acontece muito em nossa região, as empresas criam restrições para o recebimento de visitas. Várias integradoras implantaram a ideia do livro de visitas. O responsável técnico, que atua como fiscal da empresa, verifica o livro e questiona o produtor integrado para saber por que determinado vizinho veio tantas vezes à propriedade integrada. Não é toda a integração que tem isso, mas esta é uma prática que acontece por aqui sob o argumento de que a visita do vizinho pode ser um vetor de doenças para os animais. Isso implica problemas na forma da sociabilidade entre os agricultores. (Entrevista realizada em 18/07/2017a).

Estas relações sociais baseadas em laços comunitários, com os quais os agricultores estabelecem trocas fundamentadas na reciprocidade, constituem um dos elementos estruturantes da dinâmica camponesa (WOLF, 1976). A solidariedade camponesa é um fator fundamental para o funcionamento de seu sistema produtivo. A maneira de produzir não constitui necessariamente um modo de produção, mas uma forma específica de se produzir que pode ser compatível dentro de um modo de produção mais amplo (SHANIN, 2005). A substituição do fator capital pelo fator trabalho impõe-se como determinante para a condição camponesa, assim, contar com a solidariedade social é imprescindível para proporcionar a sustentabilidade da unidade familiar de produção.

Na percepção do MPA do Extremo Oeste catarinense, havia um fator que dificultava a autonomia dos agricultores de base familiar da região: os altos custos das sementes e demais insumos adquiridos das

agroindústrias. Nas bases do MPA, que já havia lutado por melhorias nas políticas públicas de crédito, chegou-se ao entendimento de que era preciso transcender o formato convencional de agricultura e de políticas públicas para construir uma estratégia que induzisse a autonomia para os agricultores. Neste sentido, o MPA do Extremo Oeste catarinense começou um importante trabalho de recuperação, produção e difusão das *Sementes Crioulas.*

Nas palavras de um entrevistado:

> A gente começou o trabalho com as sementes crioulas em um momento de grande crise para a agricultura familiar no final da década de 1990. Neste momento, a produção feita com os híbridos, em nossa região, não superava muito a produção feita com as sementes crioulas. Como estas possuem um custo de produção bem menor, foi fácil convencer os agricultores a ampliar a produção com base nas sementes crioulas. Entretanto, faltavam sementes... Então foram organizadas as festas das Sementes Crioulas nos anos 2000, 2002, 2004, 2007 e 2012 quando houve a decisão de criar a cooperativa para poder massificar a produção de sementes (Entrevista realizada em 18/07/2017b).

A ideia da Festa das Sementes Crioulas, realizadas periodicamente na região, foi uma das iniciativas do MPA para dar visibilidade à recuperação dessas sementes, bem como para difundir tal experiência para outros agricultores, criando assim uma rede de produção e distribuição dessas sementes. O entendimento do movimento é de que as sementes crioulas são a base para a construção da autonomia da agricultura camponesa e para promover a transição agroecológica. Nisso ocorreu uma mobilização dentre os próprios agricultores para recuperar e compartilhar variedades crioulas dispersas, porém presentes no saber e nas práticas camponesas.

No entremeio à realização das Festas das Sementes Crioulas, e com o aumento da demanda por sua aquisição, foi amadurecendo a ideia da construção de uma cooperativa que pudesse fazer o processo de seleção e beneficiamento das sementes. Neste momento o MPA mobilizou-se politicamente para articular com outros atores políticos regionais, estaduais e federais, a viabilização econômica e jurídica para construir uma cooperativa que fizesse tal trabalho.

Foi assim que o MPA do Extremo Oeste catarinense conseguiu construir uma importante ferramenta para o fortalecimento da agricultura camponesa e agroecológica na região: a Cooperativa OESTEBIO. Localizada na cidade de São Miguel do Oeste, a OESTEBIO é uma cooperativa de processamento e comercialização de produtos agrícolas produzidos pelos agricultores de base familiar. A cooperativa tem realizado o trabalho de recuperação, produção e distribuição de sementes crioulas em escala comercial.

Em entrevista, um dos fundadores da OESTEBIO disserta sobre a criação e os objetivos da cooperativa:

> A ideia da cooperativa surgiu em 1999, quando a gente começou a produzir sementes crioulas no município de Anchieta. Em seguida a gente foi aprofundando o debate sobre a questão das sementes. Nós organizamos uma festa municipal, depois uma festa regional, uma nacional e até mesmo uma festa internacional das sementes crioulas. A produção das sementes era feita e distribuída nos litros PET. Isso era interessante para a produção local. Mas com o avanço dos transgênicos no Brasil, nós discutimos e chegamos à conclusão que era preciso ampliar a produção de sementes crioulas para fazer resistência aos transgênicos. Ter as sementes era estratégico para garantir a biodiversidade, a autonomia dos camponeses em relação à indústria de sementes e uma proposta concreta de resistência aos transgênicos (...). Então, a partir de 2003-2004, a gente decidiu criar esta unidade de beneficiamento de sementes. Nós contamos com o apoio do governo

> Federal através de uma verba via município que possibilitou a construção da cooperativa a partir de 2009. Quando a construção estava concluída, nós começamos a produção e o beneficiamento das sementes. (Entrevista realizada em 26/07/2017).

O processo de produção e distribuição das sementes ocorre em etapas: primeiro, a OESTEBIO realiza um diagnóstico, identifica as variedades crioulas e organiza uma rede de famílias mantenedoras, as guardiãs das sementes, que assumem um compromisso com a organização de conservar e manter a variedade genética das sementes; segundo, os técnicos da cooperativa levam essas sementes para os multiplicadores, responsáveis pelo seu plantio, manejo e colheita, que são compradas pela cooperativa; em seguida, as sementes passam por um processo de secagem e limpeza e depois são classificadas e armazenadas em silos para a venda e distribuição (MOREIRA, 2014).

No processo de produção e distribuição, conforme relataram os entrevistados, as sementes eram vendidas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal e depois distribuídas aos agricultores familiares. Porém, com a redução de recursos para esta política pública nos últimos anos a comercialização das sementes foi dificultada. Isso porque a legislação de sementes no Brasil, apesar de ter avançado no reconhecimento das sementes crioulas e tradicionais, dificulta o seu processo de comercialização e distribuição (SANTILI, 2012).

Sem dúvida, o trabalho com as sementes crioulas abriu uma importante via de construção da autonomia camponesa. Entretanto, um conjunto de fatores jurídicos e políticos dificultaram a continuidade desse projeto. A legislação de sementes e suas restrições à comercialização das sementes crioulas levaram à dependência das

políticas públicas efetivas para realizar tal distribuição. Quando estas últimas sofreram cortes por parte do governo, o ritmo das atividades da cooperativa reduziu-se drasticamente.

O trabalho com as sementes crioulas fez com que o MPA buscasse, no processo participativo de construção das políticas públicas, novas vias de ação política. Após sua consolidação no espaço político-sindical da região, o MPA atuou na operacionalização das políticas públicas. Conforme descreve um dos entrevistados:

> Nós, através do MPA, lutamos para conquistar políticas públicas como o PRONAF e em seguida para melhorar as linhas de crédito deste programa; lutamos para conquistar o Programa de Habitação Rural e, em seguida, junto com as associações de crédito que são nossas parceiras, atuamos para ajudar no funcionamento desta política pública, isto é, na construção das casas; nós fomos o movimento que mais avançou no debate da produção orgânica e agroecológica na região, principalmente com o trabalho da produção de sementes crioulas e também trabalhamos muito para fazer funcionar o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA). Então nós fizemos as três coisas: a luta reivindicatória por política pública; a construção desta política pública através de proposições a partir dos debates que realizamos; e o apoio para a execução dessas políticas públicas (...). É importante ressaltar que nós do MPA participamos, nos últimos anos, ativamente nos Conselhos Federais que discutem e elaboram as políticas públicas, como o CONSEA, o CONDRAF e a PNATER. (Entrevista realizada em 26/07/2017).

É possível observar que a atuação do movimento, desde sua formação até a atualidade, contemplou um conjunto de ações e mobilizações que se configuram de acordo com as condições das próprias políticas públicas. No período referido, na medida em que as conquistas avançavam, o movimento mostrou grande dinamismo, afinal, atuou na mobilização reivindicatória, no diálogo propositivo e na

execução/fiscalização das políticas públicas após a sua consolidação. É fundamental notar que esse dinamismo ocorreu em sintonia com a abertura do espaço institucional do Estado em sua formatação participativa de elaboração e execução das políticas públicas. Atualmente, os próprios entrevistados reconhecem que tal quadro vem se alterando, fato que exigirá do movimento novas estratégias para o futuro.

A construção de uma agricultura camponesa encontra na agroecologia seu aporte teórico, metodológico e filosófico. A agroecologia em sua dimensão técnico-produtiva envolve algumas características como a diversidade e continuidade espacial e temporal das culturas, a policultura, o uso ótimo do espaço e dos recursos, a reciclagem de nutrientes que enriquecem o solo, a conservação da água, o controle da sucessão e proteção das culturas (ALTIERI, 1989, p.88). Uma das técnicas utilizadas pela perspectiva agroecológica é a do consorciamento de plantas, isto é, a articulação entre o espaço e as atividades na qual se engendra uma espécie de modelo insumo-produto (WOORTMANN, 2009, p.120).

Do ponto de vista técnico-produtivo, foi possível observar, pelas entrevistas realizadas com membros do movimento, que o caminho da agroecologia ainda encontra muitos desafios a serem superados. Em termos técnicos da transição agroecológica, os agricultores do MPA têm avançado em algumas práticas, conforme relata um entrevistado:

> Na ideia de transição agroecológica, a gente tem feito, além do uso das sementes crioulas, a substituição dos insumos industrializados, fertilizantes e herbicidas, pela utilização de adubos orgânicos e pó de rocha. Também temos utilizado insumos biológicos como fungos e bactérias que são patógenos para outros fungos, insetos e bactérias. A gente tem feito controle da cigarra, um inseto que ataca a grama, de forma

> impressionante. E isso é feito com as vacas no pasto sem nenhuma restrição, porque não é um veneno! A gente também está inoculando nas sementes bactérias de vida associada que são aquelas que fazem um nódulo na raiz da leguminosa, mas também bactérias de vida livre, que é um negócio muito novo em termos de pesquisa. Estas disponibilizam fósforo e nitrogênio para as plantas e aumentam a absorção de água e outros nutrientes. O importante em todas essas tecnologias é que, ao invés de a gente ofertar nutrientes para as plantas, a gente aumenta a capacidade delas de buscar esses nutrientes! (Entrevista realizada em 18/07/2017a)

Sabe-se que a transição agroecológica é complexa, pois demanda tempo, planejamento, desenvolvimento e adaptação de técnicas, construção de conhecimento, estratégias de mercado e políticas públicas para viabilizá-la. Neste sentido, pode-se dizer que o MPA está plantando as sementes de uma lavoura agroecológica futura a partir dessas iniciativas.

Na perspectiva política do campesinato, a autonomia em relação à estrutura econômica do agronegócio é fundamental para assegurar a renda e a sustentabilidade das unidades familiares de produção. Com isso, as estratégias de comercialização dos produtos são importantes veículos de condução a esta autonomia. Uma dessas estratégias desenvolvidas pelo MPA em várias regiões do país tem sido a das *Cestas Camponesas*. Estas consistem na comercialização dos produtos diretos com os consumidores a fim de romper com a lógica dos mercados convencionais, aumentar a renda dos agricultores e, ao mesmo tempo, reduzir o preço dos alimentos orgânicos e agroecológicos pagos pelos consumidores.

Conforme relatos de um entrevistado:

> Aqui em São Miguel do Oeste - SC, nós fizemos uma parceria com a Pastoral da Igreja para levar alimentos

> saudáveis aos bairros da cidade. A ideia começou nos debates que realizamos nos *Seminários da Terra* que nós realizamos aqui. Ela consiste em produzir alimentos orgânicos e agroecológicos e vender direto aos consumidores. Nós organizamos tanto as cestas, que são um misto de produtos que nós entregamos direto aos consumidores, e também as feiras itinerantes, as quais nós vamos cada semana em um bairro da cidade, montamos as barraquinhas e fazemos a feira (Entrevista realizada em 26/07/2017).

Experiências como a da *Cesta Camponesa* fazem parte do projeto político de integração campo/cidade idealizado pelo MPA. A ideia central deste projeto é de que os camponeses devem produzir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora urbana.

Conforme o programa apresentado no Congresso Nacional em 2015:

> O sistema agroalimentar da sociedade capitalista estabelece duras condições de produção para as famílias camponesas, com baixa remuneração, através da integração à indústria, retirando a renda da terra das mãos dos camponeses e, por outro lado, incentivando a produção através do modelo tecnológico com base em monocultivos, uso de adubos químicos e agrotóxicos, fazendo chegar às mãos dos consumidores (trabalhadores urbanos) um alimento de baixa qualidade nutricional e contaminado com agrotóxicos (...). Diante deste quadro, o Movimento dos Pequenos Agricultores propõe a "Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar" (...). Os camponeses querem produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo; os trabalhadores urbanos querem ter acesso a este alimento saudável a preços justos. Para tanto é preciso construir uma aliança de classe, capaz de recriar um sistema de abastecimento popular de alimentos, aproximando quem efetivamente produz para a alimentação da classe que vive do trabalho. (MPA)

O Congresso Nacional do MPA de 2015, com o tema "Plano Camponês, Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar",

foi realizado em São Bernardo do Campo, cidade referência na história do movimento operário brasileiro. Esta aliança de campo e cidade busca romper com o sistema agroalimentar hegemônico, isto é, com a estrutura de produção, distribuição e consumo vigente na qual as classes trabalhadoras, em geral, consomem os alimentos produzidos com intenso uso de agrotóxicos.

Na reinvenção do ser camponês empreendida pelo MPA, há uma forte preocupação com a conservação de uma base de recursos indispensáveis para a sustentabilidade e da autonomia camponesa. Ser camponês implica, nestes termos, aderir às práticas agroecológicas, algo que não fazia necessariamente parte da identidade dos camponeses do passado, pois suas práticas, em geral, não coincidiam com os princípios agroecológicos. As ações e mobilizações feitas pelo MPA no Extremo Oeste catarinense caminham na direção da construção de uma agricultura agroecológica, mas para isso avançar parece fundamental a articulação e a manutenção das políticas públicas que subsidiem tal perspectiva de agricultura.

3. Considerações finais

O MPA no Extremo Oeste catarinense tem atuado em diferentes frentes de mobilização para fazer resistência ao modelo hegemônico de controle político e econômico sobre a agricultura que se apresenta desfavorável aos agricultores de base familiar. Nesse sentido, as estratégias de fortalecimento de uma agricultura camponesa e agroecológica se destacam tanto na perspectiva ideológica como nas ações práticas.

O MPA foi formado para atender as demandas dos agricultores de base familiar mais precarizados no início da década de 1990 e, com o passar do tempo, foi se reconstruindo na direção do projeto político e identitário de uma agricultura de base familiar, camponesa e agroecológica. No Extremo Oeste de Santa Catarina, a adesão ao movimento se deu por parte de um conjunto de agricultores que se encontravam em condições socioeconômicas menos favoráveis dentro do segmento da agricultura familiar. Além disso, o elo político para a construção do MPA foi cimentado por instituições sindicais, religiosas e outros movimentos sociais.

No que se refere às mobilizações e ações políticas, o MPA na região realizou um importante trabalho com o resgate das sementes crioulas e sua difusão para outros agricultores visando fortalecer as bases de uma agricultura camponesa. O MPA também atuou na reivindicação, construção e execução de políticas públicas como o PRONAF, o PAA e o Programa de Habitação Rural e, recentemente, tem se mobilizado na construção das redes de comercialização com as cestas camponesas agroecológicas. Todas essas ações reforçam a identidade camponesa e agroecológica do movimento dentro do campo sociopolítico da agricultura brasileira.

A atuação do movimento no Extremo Oeste catarinense ajudou a projetar os fundamentos de uma resistência camponesa aos imperativos do agronegócio, reconfigurar as forças sociopolíticas do espaço rural, bem como lançar os princípios de construção de uma agricultura de base agroecológica. Da luta por políticas públicas à participação na execução dessas, o MPA traçou linhas de conexão com os direitos fundamentais, a segurança alimentar, a biodiversidade e a emancipação social dos agricultores que se identificam como camponeses.

Na trajetória do MPA na região, nota-se que sua dinâmica de atuação modificou-se de acordo com a relação estabelecida entre o movimento e o aparato institucional estatal. No primeiro momento, quando as relações Estado-sociedade ainda eram mais restritas no que tange à institucionalidade das formas participativas, a atuação do movimento deu-se na rua com plataformas reivindicativas e propositivas; no segundo momento, com a ampliação do diálogo entre Estado e sociedade, a atuação do movimento foi fundamentalmente propositiva na forma de colaboração na elaboração e execução das políticas públicas; atualmente visualiza-se um terceiro momento, de recrudescimento do diálogo que, por conseguinte, implica na necessidade de reorganização da base em busca de alternativas políticas para dar continuidade aos avanços já alcançados.

As sementes de uma ruralidade camponesa foram lançadas no campo, germinaram, produziram frutos e tem alimentado a esperança de muitos agricultores. No entanto, a cada mudança de estação novos desafios se apresentam para aquele que cultiva os campos. Na estrada da agricultura agroecológica, o desafio parece constante e o camponês incansável em sua jornada.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2013.

CADONÁ, Célio Valdemar. **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA):** o novo nasce das estradas. Dissertação de Mestrado. Ijuí-rs: Unijuí, 2004.

CARVALHO, Priscila Delgado de. O MPA ale da forma-movimento: anotações para uma história. **40º Encontro Anual da Anpocs, 24-28 de outubro de 2016, Caxambu – MG**.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In: COSTA, Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo. **Mundo rural brasileiro:** ensaios interdisciplinares. Rio de janeiro: Mauad, 2008.

_____. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980-1990. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Análise comparada de políticas agrícolas:** uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

ELLIS, Frank. **Peasant economics:** farm households and agrarian development. Cambridge University Press, 1993.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "Fortalecimento" da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba – SP, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, 2014.

GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; SABBATO, Alberto di. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr. 2012.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista: hacia uma radicalizacion de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica. 1985.

MALIN, Mauro. Agricultura e reforma agrária. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEREDO, Rubens. (Org.). **A era FHC**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

MOREIRA, Ana Paula. **Sementes Crioulas valem ouro**. Rio de Janeiro: Ipea, Ano 11, Edição 81, 2014.

PAHNKE, Anthony. Understanding rural resistance: contemporary mobilization in the brazilian countryside. **The Journal of Peasant Studies**. V. 42, n. 6, out. 2015.

PLOEG, Jean Douwe Van Der. **I contadini:** fra pasato o futuro. http://www.jandouwevanderploeg.com/2/ITA/doc/I_CONTADINI.pdf, 2005.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: o papel do sindicalismo de trabalhadores rurais pós 1964. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde e PAULILO, Maria Ignez. **Lutas Camponesas Contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. Brasília: Nead; São Paulo: Unesp, 2009.

SABORIN, Eric. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio** Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago. 2012.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. **Revista Nera.** Presidente Prudente, Ano 19, n. 31 p. 10-31, maio-ago. 2016.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**, Ano 8, n. 7; jul.-dez. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 18, n. 51, fev 2003.

SILVA, Andrey. Os movimentos sociais campesinos nacionais e a garantia dos direitos do cidadão brasileiro. **Seminário Nacional de Teoria Marxista**. Uberlândia, 12 a 15 de maio de 2014.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan.-abr. 2006.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN; Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias. V II. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009.

Documentos e entrevistas

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. http://mpabrasil.org.br/.

MPA. **Plano Camponês MPA**. Por soberania alimentar e poder popular! Brasília: MPA, 2009.

MPA. **Plano Nacional de Sementes Crioulas:** rumo à soberania genética. Brasília: MPA, 2010.

Entrevista realizada em 18/7/2017a.

Entrevista realizada em 18/7/2017b.

Entrevista realizada em 26/7/2017.